



Atividade econômica brasileira cresce 2,5% em 2025

Tesouro paga R\$ 257,7 mi em dívidas de estados e municípios em janeiro

Página 3

Azul fecha acordo de US\$ 200 milhões com American e United Airlines

Página 3

Greve na Argentina provoca alteração nos voos da Latam

A greve geral da quarta-feira (19) na Argentina provocou a alteração das operações da Latam tanto para decolagens quanto para pousos no país. Segundo o grupo, a medida foi tomada depois da notificação formal de adesão dos sindicatos que representam os trabalhadores da Intercargo (empresa responsável pelos serviços de rampa em todos os aeroportos da Argentina). A empresa avisou que alguns voos poderiam operar com alteração de horário e/ou data, sem necessariamente serem cancelados.

Página 6

Governo de SP inicia 'Na Rota da Água' com mais de 1.100 entregas de frente de obras de água e saneamento

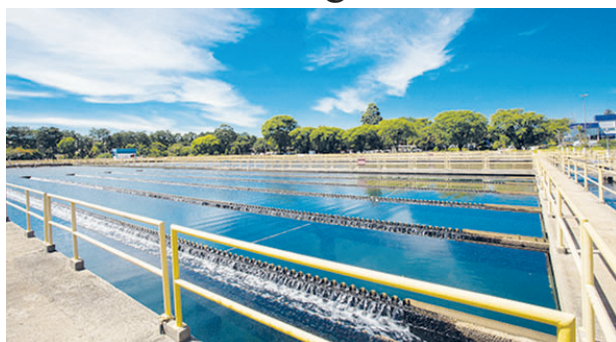


Foto: Divulgação

Página 2

A atividade econômica brasileira apresentou crescimento em 2025, de acordo com informações divulgadas na quinta-feira (19) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 2,5% no ano passado em relação ao período anterior.

As altas foram de 13,1% na agropecuária, 1,5% na indústria e 2,1% em serviços. O IBC-Br excluindo a agropecuária subiu 1,8% no ano.

Já em dezembro de 2025, o IBC-Br recuou 0,2% em relação a novembro, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período). Na comparação com dezembro de 2024,

houve alta de 3,1%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais.

No trimestre encerrado em dezembro ante o trimestre terminado em setembro de 2025, o índice apresentou alta de 0,4%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e incorporar informações sobre o nível de atividade de setores da economia – indústria, comércio e serviços e agropecuária –, além do volume de impostos. Ele ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 15% ao ano.

Página 3

Fies 2026: Resultado da chamada única do primeiro semestre é liberado

Página 4

Governo autoriza 487 contratações temporárias para Aeronáutica

Página 6

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,22
Venda: 5,22

Turismo
Compra: 5,24
Venda: 5,42

EURO

Compra: 6,14
Venda: 6,14

Esporte

Rio Open define dois confrontos de quartas de final em noite com derrota de favorito

O Rio Open apresentado pela Claro conheceu na quarta-feira os primeiros dois confrontos de quartas de final, com destaque para a queda do argentino Francisco Cerundolo, cabeça de chave número 1 do torneio, e virada do chileno Alejandro Tabilo contra o italiano Francesco Passaro.

Principal favorito ao título, Francisco Cerundolo se retirou da partida pela segunda rodada quando perdia por 3/1 o segundo set contra Thiago Tirante, que já havia vencido a primeira parcial por 6/2.

Cerundolo alegou dores na região lombar para desistir da partida, quebrando a sequência de vitórias que vinha desde o título em Buenos Aires.

"A verdade é que o tanque se esgotou um pouco, eu tive uma sobrecarga um pouco na cintura direita", disse Cerundolo.

"Quando você não está 100% fisicamente nesses jogos, fica muito difícil, todos

jogam bem, todos jogam um ótimo tênis, além do fato de que eu estava muito baixo, ou seja, neste nível, eu poderia ter perdido com qualquer um, honestamente, porque eu não podia correr", completou.

Tirante lamentou a forma como venceu a partida, mas destacou também a forma como conseguiu jogar bem diante de um adversário top 20.

"Nunca é legal ganhar desta maneira, também não é fácil jogar contra um amigo. Mas acho que fui muito bem e que em nenhum momento ele pôde jogar como. Por mérito meu, acho que fiz um jogo muito bom, o primeiro ponto onde tive muitas chances e onde me senti também muito superior", analisou.

No jogo final da Sessão Noite, o chileno Alejandro Tabilo superou o início ruim contra o italiano Francesco Passaro e avançou para enfrentar Tirante na busca por uma vaga nas semifinais.

Em duelo com 2h21 de duração, Tabilo levou a melhor com

parciais de 4/6, 7/6(0) e 6/2, para se tornar o terceiro chileno a atingir as quartas de final na história do Rio Open, igualando as marcas de Nicolas Pietrangeli em 2018 e 2023, além de Cristian Garin em 2020.

"Comecei um pouco nervoso e ele também começou bem, batendo firme e abrindo muito bem com os ângulos. No segundo set, eu comeci melhor, mas teve coisas estranhas, às vezes conseguia pegar, às vezes não, não entendia muito o que estava acontecendo", analisou Tabilo.

"Foi um jogo muito difícil mentalmente e acho que no terceiro set, já estando mais equilibrado nas coisas, consegui soltar um pouco mais", completou.

Do outro lado da chave, Juan Manuel Cerundolo venceu uma batalha contra o alemão Yannick Hanfmann, no jogo mais longo da edição atual do maior torneio da América do Sul, com duração de 2h49, na Quadra 1.

Após ter superado na estreia o cabeça de chave 2 Luciano Dar-



Marcelo Demoliner e Fernando Romboli

deri, Juan Cerundolo bateu Hanfmann com parciais de 6/4, 6/7(1) e 6/4. Nas quartas de final, ele vai enfrentar o tcheco Vit Koprivá, que derrotou o argentino Roman Buruchaga por 6/3 e 6/1, em 1h28.

Rafael Matos perde ao lado de Orlando Luz e encerra busca pelo tri

Bicampeão de duplas do Rio Open, Rafael Matos perdeu na quarta-feira a chance de seguir na

busca pelo tricampeonato ao ser derrotado, ao lado de Orlando Luz, pela dupla do argentino Guido Andreozzi com o francês Manuel Guinard.

O duelo acabou como uma revanche para Andreozzi e Guinard, que haviam sido derrotados pelos brasileiros na semana anterior, em Buenos Aires, e desta vez conseguiram a virada, com parciais de 3/6, 6/3 e 10-6.

"Eram adversários duros, a gente já tinha jogado com eles em Buenos Aires e tinha sido em três tie-breaks, com 2h15 de jogo lá. Hoje (quarta-feira) foi no super também, mas foi mais rápido. No segundo set eles elevaram bastante o nível, sacaram muito bem e nos deram poucas chances. Tiveram mérito de levar a vitória", analisou Matos.

"Total o mérito dos adversários. Na semana passada foi um jogo duríssimo também e podia ter caído para qualquer lado. E foi isso, eles subiram um pouquinho o nível e a gente não conseguiu manter", completou Luz.

Outra dupla brasileira derrotada foi a de Marcelo Demoliner e Fernando Romboli. Os dois encaram os franceses Sadio Doumbia e Fabien Reboul, cabeças de chave 1, e perderam com duplo 6/3.

A final de simples aconteceu na sexta-feira, e no sábado haverá uma exibição de duplas com os quatro tenistas em quadra.

STR Sitdrive Touring Race: Campineira Manu Clauset irá fazer a temporada completa

A jovem campineira Manu Clauset (VV Germânica/Liqui Moly/Freios Frum/Giovanna Baby/Raceville/TSO/RCP/Empower/V3) vai iniciar a sua segunda temporada no automobilismo neste final de semana (20 a 22/2), competindo na STR Sitdrive Touring Race, nova denominação da categoria Race Cup. A modalidade terá

seis etapas no autódromo de Interlagos, e uma rodada dupla em Cascavel (PR). "Fiquei muito feliz ao receber o convite para disputar a temporada inteira desta vez. No ano passado participei somente de algumas etapas que foram suficientes para eu me apaixonar pela categoria e aprender bastante", comentou a garota de 16 anos de idade.

Das seis provas que disputou na categoria Race Cup pelo Campeonato Paulista de 2025, Manu Clauset subiu no pódio em todas, com uma vitória, quatro segundas colocações e um terceiro na classe Celta Rookie. "Só tenho boas lembranças desta categoria, onde conquistei a minha primeira vitória no automobilismo e outros excelentes resultados e boas per-

formances", contou Manu. Na última rodada de quatro provas, Manu mostrou a sua velocidade, ficando com a volta mais rápida em duas corridas e com a segunda melhor passagem nas outras duas. Anteriormente, a mais jovem concorrente da Race Cup havia estreado em carro fechado, tipo Turismo e com tração dianteira, no Autódromo Internacio-

nal Ayrton Senna, em Londrina (PR). E nesta primeira experiência no carro Celta e no circuito do oeste paranaense ela concluiu o Campeonato Paranaense de 2025 na quarta posição.

Agora Manu Clauset terá um desafio maior, pois foi promovida para a classe Celta Pro. "Estou com expectativa muito boa, pois sei que melharei muito e estou

muito confiante para essa nova fase. Esse ano será uma temporada de sucesso!", garante a representante de Campinas, que continua apoiada por Grupo Germânica, Liqui Moly, Freios Frum, Giovanna Baby, Raceville Speed Club, TSO Brasil, RCP Racing Driver Equipment, Empower Seguros e V3 Componentes Automotivos.

São Paulo registra queda de 11,2% nas mortes no trânsito em janeiro

O Estado de São Paulo registrou queda de 11,2% no número de mortes no trânsito em janeiro deste ano, segundo dados do Infosis, plataforma de estatísticas gerenciada pelo Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP). Foram 420 óbitos, contra 473 em janeiro de 2025. Além da queda nas ocorrências fatais, houve redução nos sinistros com vítimas não fatais, de 3,1% na mesma comparação (7.390 registros, contra 7.626 em janeiro de 2025).

Todos os modais apresentaram redução de ocorrências fatais no trânsito paulista em janeiro deste ano. A maior redução de óbitos aconteceu justamente en-

tre os ciclistas: 19 óbitos, contra 32 em janeiro de 2025, uma redução de 40,6%.

Entre os ocupantes de automóveis, houve redução de 13,8% nas mortes: 94, contra 109 no mesmo mês de 2025. Os atropelamentos fatais de pedestres também recuaram no mês passado, quando foram registradas 88 ocorrências, contra 94 no primeiro mês do ano passado (queda de 6,4%). Inclusive, esse foi o mês com menor ocorrência de óbitos de pedestres no trânsito paulista desde março de 2024.

Até mesmo em relação aos motociclistas, um dos modais frequentemente mais críticos em re-

lação às ocorrências de trânsito no Estado, houve queda nos óbitos: foram 191 em janeiro último, contra 205 no mês de janeiro anterior (menos 6,8%).

Os índices positivos, de decréscimo nas ocorrências, se mantiveram também tanto na análise dos registros em vias urbanas quanto em rodovias do Estado. Nas cidades paulistas, a queda nos óbitos foi de 5,8%, na comparação com o primeiro mês de 2025. A redução foi ainda maior em relação às mortes nas estradas: menos 21,4% registros no último mês, frente aos números de janeiro de 2025.

Queda também na capital

Na capital paulista, os óbitos no trânsito caíram 4,4% em janeiro deste ano (65 contra 68), no mesmo período de comparação, frente a janeiro do ano passado. As mortes entre os ocupantes de automóveis na cidade caíram 14,3% no período (de sete para 6 ocorrências). Nos modais "motocicletas" e "pedestres", não hou-



Queda também apareceu na capital paulista.

ve variação dos óbitos na cidade: foram 27 atropelamentos fatais e 30 mortes de motociclistas em cada um dos meses de janeiro, de 2025 e 2026.

Ações Educativas e Programa Respeito à Vida (PRAVida)

O Governo de São Paulo trabalha para reforçar a segurança viária no Estado, com foco na re-

dução de mortes no trânsito, por meio de ações integradas de gestão de velocidade, fiscalização e promoção de vias mais seguras. Além de campanhas de conscientização de massa, as superintendências do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) realizaram em 2025 cerca de três mil ações educativas em todas as regiões, com a

abordagem direta de cerca de um milhão de pessoas.

As mensagens são de conscientização em relação ao compartilhamento democrático do ambiente "trânsito" e de respeito às leis que mantêm a segurança de todos nas vias, com foco prioritário nos públicos mais vulneráveis, como motociclistas, ciclistas e pedestres.

As ações educativas desenvolvidas pelo Detran-SP são reforçadas por estratégias de política pública de segurança viária, que envolvem gestão de velocidade, fiscalização e vias seguras, por meio inclusive da nova versão do Programa Respeito à Vida (PRAVida), ao qual os municípios paulistas aderiram em janeiro.

Com investimento em melhorias na estrutura e sinalização urbanas e capacitações dos envolvidos na gestão do trânsito municipal, o programa prestará apoio às prefeituras, com vistas à promoção do trânsito local mais seguro. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Em Tempos nos quais profecias [literatura bíblica] já se cumprem, cristãos e cristãs vereadores(as) sabem que nada seriam sem a Permissão de DEUS ... Assim Ensinou Jesus [O Cristo]

PREFEITURA (São Paulo)

Em Tempos nos quais profecias [literatura bíblica] já se cumprem, o cristão e prefeito Ricardo Nunes sabe que nada seria sem a Permissão de DEUS ... Assim Ensinou Jesus [O Cristo]

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Em Tempos nos quais profecias [literatura bíblica] já se cumprem, cristãos e cristãs deputados(as) sabem que nada seriam sem a Permissão de DEUS ... Assim Ensinou Jesus [O Cristo]

GOVERNO (São Paulo)

Em Tempos nos quais profecias [literatura bíblica] já se cumprem, o cristão e governador Tarcísio Freitas sabe que nada seria sem a Permissão de DEUS ... Assim Ensinou Jesus [O Cristo]

CONGRESSO (Brasil)

Em Tempos nos quais profecias [literatura bíblica] já se cumprem, cristãos e cristãs deputados(as) e senadores(as) sabem que nada seriam sem a Permissão de DEUS ... Assim Ensinou Jesus [O Cristo]

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Em Tempos nos quais profecias [literatura bíblica] já se cumprem, os cristãos - presidente Lula e o vice Alckmin - sabem que nada seriam sem a Permissão de DEUS ... Assim Ensinou Jesus [O Cristo]

PARTIDOS (Brasil)

Em tempos nos quais profecias [literatura bíblica] já se cumprem, cristãos e cristãs - dirigentes de legendas - sabem que nada seriam sem a Permissão de DEUS ... Assim Ensinou Jesus [O Cristo]

JUSTIÇAS (Brasil)

Em tempos nos quais profecias [literatura bíblica] já se cumprem, cristãos e cristãs - nas carreiras jurídicas e justicças - sabem que nada seriam sem a Permissão de DEUS ... Assim Ensinou Jesus [O Cristo]

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Todos falarão da glória do teu Reino e contarão a respeito do teu poder," Salmos 145:11

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo inicia 'Na Rota da Água' com mais de 1.100 entregas de frente de obras de água e saneamento

O governador Tarcísio de Freitas iniciou na quinta-feira (18) o "Na Rota da Água", uma série de entregas e visitas técnicas a obras de resiliência hídrica e saneamento nas mais de 370 cidades atendidas pelo novo contrato da Sabesp. As primeiras entregas, de um total de 1.100 frentes em andamento, beneficiam Itapeccerica da Serra, Embu das Artes e Embu-Guaçu, na Grande São Paulo.

O pacote é coberto por cerca de R\$ 70 bilhões que a Sabesp vai investir até 2029 para

universalizar o saneamento para 28 milhões de pessoas na área de cobertura da companhia. Somente nas três cidades atendidas pelas entregas desta quinta, os investimentos programados de 2026 a 2029 equivalem a quase cinco vezes o valor empregado entre 2024 e 2025.

Nos últimos 2 anos, Itapeccerica da Serra, Embu das Artes e Embu-Guaçu somaram R\$ 168,3 milhões em obras e serviços da Sabesp. De 2026 a 2029, os aportes chegarão a R\$ 798

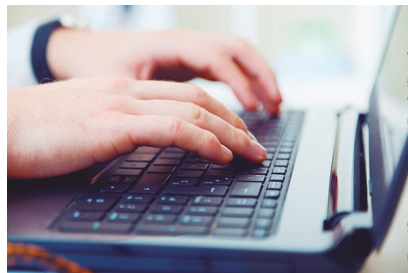
milhões, um aumento de 374% que reflete os novos padrões pós-desestatização, em vigor desde julho de 2024. Em seis anos, os três municípios vão somar quase R\$ 1 bilhão em água tratada e saneamento.

O foco do "Na Rota da Água" é dar mais visibilidade e transparência às obras de segurança hídrica e reforço de abastecimento garantidas no novo contrato da Sabesp. "Para o Governo de São Paulo, água e saneamento são sinônimos de dignidade. Estamos provando

que é possível fazer a diferença para que a universalização dos serviços seja realidade para todos", disse o governador Tarcísio de Freitas.

Em Itapeccerica da Serra, o governador vai entregar 3 km de uma nova adutora e visitar a obra de ampliação de uma estação elevatória de esgoto. Em Embu-Guaçu, Tarcísio inaugura a modernização de uma estação de tratamento de água. Juntos, os investimentos somam quase R\$ 140 milhões. (Governo de SP)

Abertura de empresas em São Paulo bate recorde no início de 2026 e supera média de 2025



São Paulo tem processo facilitado para abertura de empresa

Econômico (SDE).

O resultado é o maior já registrado para o mês em toda a série histórica. Na comparação com janeiro de 2025, quando foram abertas 32.816 empresas, o crescimento foi de 10,8%, levemente acima da alta observada ao longo de 2025, que foi de 9,9%.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Jorge Lima, o crescimento na abertura de

empresas é resultado de um trabalho contínuo para fortalecer a economia paulista. "Estamos estimulando a formalização, apoiando o pequeno empreendedor e atraindo novos investimentos para todas as regiões. Esse recorde é reflexo direto da confiança dos empresários e do compromisso do Governo de São Paulo em gerar emprego, renda e desenvolvimento regional", afirma.

Desde 2022, o Estado vem registrando sucessivos aumentos na abertura de empresas no primeiro mês do ano. Na comparação com janeiro de 2022, quando foram constituídas 19.752 empresas, o crescimento acumulado chega a 84,1%, evidenciando o fortalecimento contínuo do ambiente empreendedor.

Saldo líquido de empresa

Outro destaque foi o saldo líquido de empresas — diferença entre constituições e baixas —, que também apresentou desempenho histórico. Em janeiro de 2026, o saldo foi de 22.105 empresas, frente a 20.705 no mesmo período de 2025, um aumento de

6,7%. Na comparação com janeiro de 2023, quando o saldo foi de 11.356 empresas, o crescimento acumulado atinge 94,6%.

O desempenho reforça o papel estratégico da JUCESP no apoio à formalização de negócios e evidencia a solidez do ambiente econômico do Estado, estimulando a geração de oportunidades, o desenvolvimento regional e o fortalecimento da atividade produtiva. Ressalta-se que os dados divulgados se referem exclusivamente às empresas registradas na JUCESP e não incluem os Microempreendedores Individuais (MEIs), que integram a base de dados da Receita Federal do Brasil.

SP na Direção Certa

O SP na Direção Certa é um programa do Governo de São Paulo que reúne ações voltadas à modernização da máquina pública estadual. São medidas que visam dar maior eficiência ao gasto público, com redução de despesas e aumento da arrecadação, gerando maior capacidade de investimento ao Estado. (Governo de SP)

Inscrições para concurso da Polícia Penal de São Paulo são reabertas

A Secretaria de Administração Penitenciária reabriu as inscrições para o concurso da Polícia Penal de São Paulo na quinta-feira (19). Os interessados têm até 16h do dia 10 de abril para realizar a inscrição. Serão oferecidas 1.100 vagas para o ingresso na carreira de Polícia Penal, sendo as vagas para homens e mulheres.

As provas objetivas estão previstas para ocorrerem em 31 de maio, das 14h às 17h, e serão aplicadas pelo Instituto AOCAP. As inscrições poderão ser efetivadas no site: www.institutoaocap.org.br.

O candidato que já estava inscrito no concurso antes da suspensão não precisará se reinscrever. Caso desista, a devolução da taxa de inscrição ocorrerá desde que o candidato regularmente inscrito manifeste formalmente sua

desistência, devendo solicitar o ressarcimento por meio do endereço eletrônico (www.institutoaocap.org.br), instruindo o pedido com comprovante de desistência e comprovante do efetivo pagamento da taxa de inscrição.

O concurso público terá quatro fases eliminatórias, com prova objetiva, prova de aptidão física e aferimento da estatura, prova de aptidão psicológica, comprovação de idoneidade e conduta ilibada na vida pública e na vida privada e investigação social.

Em conformidade com a Lei Orgânica da Polícia Penal, além de aprovação nas fases do concurso, para ingresso na carreira o candidato precisa atender aos seguintes pré-requisitos, possuir na data da posse: diploma de graduação em qualquer curso de Ensi-

no Superior ou equivalente, idade mínima de 18 anos e possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na Categoria "B", no mínimo. Até a data do encerramento das inscrições no certame, 35 anos de idade, no máximo, independentemente de eventual prorrogação do período de inscrição.

Com relação às tatuagens, a Lei Orgânica destaca que o candidato não deve possuir tatuagem que divulgue símbolo ou insígnia ofensivos a valores e deveres éticos inerentes aos integrantes da Polícia Penal.

Os requisitos previstos serão aferidos por meio de exames médicos, psicológicos e toxicológicos, que poderão ser exigidos a qualquer tempo durante o concurso e o estágio probatório.

A remuneração do Policial Penal será por subsídio, nível I - In-

gresso, correspondente a R\$ 4.695,60, já reajustada conforme a Lei Complementar nº 1.425/2025. Somado ao salário, há o pagamento de insalubridade no valor de R\$785,67, que ocorrerá após a conclusão do curso de formação e com a lotação do servidor em um estabelecimento penal.

Em complemento, o Policial Penal tem a possibilidade de receber a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Penitenciário - Dejeip, mediante o exercício de atividades internas nos estabelecimentos penais, com o limite de até 10 Dejeips mensais. Anualmente, o Policial Penal ainda pode receber um valor variável referente à Bonificação por Resultados (BR). Também são oferecidos auxílio-alimentação e auxílio-transporte. (Governo de SP)

Atividade econômica brasileira cresce 2,5% em 2025

A atividade econômica brasileira apresentou crescimento em 2025, de acordo com informações divulgadas na quinta-feira (19) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 2,5% no ano passado em relação ao período anterior.

As altas foram de 13,1% na agropecuária, 1,5% na indústria e 2,1% em serviços. O IBC-Br excluindo a agropecuária subiu 1,8% no ano.

Já em dezembro de 2025, o IBC-Br recuou 0,2% em relação a novembro, considerando os dados dessazonalizados (ajustados para o período). Na comparação com dezembro de 2024, houve alta de 3,1%, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais.

No trimestre encerrado em dezembro ante o trimestre terminado em setembro de 2025, o índice apresentou alta de 0,4%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e incorporar informações sobre o nível de atividade de setores da economia — indústria, comércio e serviços e agropecuária —, além do volume de impostos. Ele ajuda o Comitê

de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 15% ao ano.

A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação, que é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida; e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Em janeiro, a alta dos preços da conta de luz e da gasolina fizeram a inflação oficial do mês fechar em 0,33%, mesmo patamar de dezembro. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado fez o Índice Nacional de Preços

ao Consumidor Amplo (IPCA) acumular alta de 4,44% em 2025, dentro do intervalo de tolerância da meta.

O recuo da inflação para a meta e esses indicadores, como o IBC-Br, que mostram a moderação no crescimento interno, levaram à manutenção da Selic pela quinta vez seguida, na última reunião do Copom, no fim de janeiro.

Em ata, o Copom confirmou que começará a reduzir os juros na próxima reunião, em março, mas não indicou a magnitude do corte e esclareceu que os juros continuarão em níveis restritivos.

Segundo a autarquia, a atividade econômica doméstica manteve trajetória de moderação no crescimento, operando acima do seu potencial de expansão sem pressionar a inflação. Ainda assim, a manutenção dos juros em níveis restritivos se deve à resiliência de alguns fatores que pressionam preços “tanto correntes quanto esperados”, em especial do dinamismo ainda observado no mercado de trabalho.

A Selic está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Após chegar a 10,5% ao ano em maio

de 2024, a taxa começou a ser elevada novamente em setembro daquele ano. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho de 2025, sendo mantida nesse nível desde então.

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB), que é o indicador oficial da economia brasileira divulgado pelo IBGE. Segundo o BC, o índice “contribui para a elaboração de estratégia da política monetária” do país, mas “não é exatamente uma prévia do PIB.”

O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país. Puxada pelas expansões da indústria e da agropecuária, no terceiro trimestre de 2025, a economia brasileira cresceu 0,1%, o que é considerado pelo IBGE como estabilidade. A divulgação do PIB consolidado de 2025 está agendada para 3 de março.

Em 2024, o PIB fechou com alta de 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%. (Agência Brasil)



Brasiliana
Maurício Picazo Galhardo

Então olhei para o Brasil e vi o campo...

- Quero saber apresenta:

“... a Argentina amanheceu de braços cruzados. A greve geral iniciada dia 18. O movimento, liderado pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), não é apenas um protesto de rua; é um bloqueio logístico que paralisou o transporte aéreo internacional e também os portos. O coração do problema está na região de Rosário, um dos maiores polos agroexportadores do planeta. A paralisação dos trabalhadores marítimos travou serviços essenciais como a atracação de navios e o transporte prático. (Royal Rural / Notícias Agrícolas)”



Financiamento de veículos cresceu 9,2% em janeiro

O número de veículos financiados no Brasil cresceu em janeiro, atingindo a marca de 616 mil unidades comercializadas, entre automóveis leves, motos e veículos pesados. Os dados são do levantamento da Tdilla, nova linha de negócios de dados da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

Foi o maior volume registrado para um mês de janeiro desde 2008 e representou alta de 9,2% na comparação com o mesmo período de 2025.

Entre o total de veículos financiados, o destaque ficou para os seminovos, que tiveram crescimento de 8,8% no período, somando 412 mil unidades. Já os modelos novos somaram 204 mil financiamentos, valor 10,1% superior a janeiro de 2025.

Veículos pesados

Considerando-se apenas o financiamento de automóveis leves, o crescimento foi de 8,7% em janeiro, na comparação com o mesmo período do ano passado.

As vendas financiadas de motos subiram 21,9%.

No entanto, houve queda em relação aos veículos pesados. Nesse caso, as vendas por financiamentos apresentaram queda de 3,2%, puxado pela queda de 25,1% dos modelos zero quilômetro, apesar do avanço de 10,9% nos veículos usados.

Preços

Os preços dos veículos — tanto os novos quanto os usados — ficaram estáveis em janeiro, na

comparação com dezembro de 2025. Em relação aos usados, houve uma queda média de 0,30% nos preços dos veículos. Entre os veículos novos a variação média também foi pequena, com queda de 0,30% na comparação com dezembro do ano passado.

Segundo a B3, a redução dos preços dos veículos novos perdeu força em janeiro, o que mostra um início de ano mais estável para o setor. (Agência Brasil)

Azul fecha acordo de US\$ 200 milhões com American e United Airlines

A empresa Azul Linhas Aéreas anunciou que fechou acordos de investimentos com as companhias aéreas estadunidenses American Airlines e United Airlines. Segundo comunicado divulgado na quarta-feira (18), as duas companhias se comprometeram a fazer investimentos de US\$ 100 milhões cada uma.

O aporte irá apoiar a capitalização da Azul na saída do processo de recuperação judicial da Azul nos Estados Unidos, chamado Chapter 11.

O acordo permite que, supervisionada por um tribunal norte-americano, a empresa inicie uma reestruturação financeira enquanto mantém suas atividades. “Nos termos dos respectivos

EIAs (do inglês aditamentos aos acordos de investimento) e de seus respectivos termos e condições, a American e a United se comprometeram individualmente a realizar investimentos em equity que apoiarão a capitalização da Azul na saída do Chapter 11 e estão integrados ao plano de reorganização da companhia aprovado pela United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York”, diz o comunicado da empresa.

De acordo com o comunicado, o aporte feito pela United vai ser realizado no contexto da oferta pública de ações, que foi divulgada ao mercado em 3 de fevereiro deste ano e que terá liquidação prevista para 20 de janeiro de 2026.

Já sobre o investimento feito pela American Airlines, a expectativa é que ele seja realizado mediante a emissão de bônus de subscrição, “nos termos e condições previstos em um contrato de subscrição de warrants”. Os warrants são títulos de garantia que permitem ao detentor comprar ou vender um ativo.

Além disso, a companhia aérea informou ter celebrado um Acordo de Investimento Adicional com “determinados credores existentes”, assegurando mais US\$ 100 milhões dentro da mesma oferta pública.

Processo de reestruturação

A Azul entrou com o pedido de recuperação judicial em 28 de

maio de 2026 e o plano foi aprovado em dezembro por um tribunal dos Estados Unidos.

Segundo a companhia, o Chapter 11, como é chamado esse processo de reorganização financeira supervisionado pela Corte nos Estados Unidos, permite a reestruturação do passivo da empresa, mas mantendo a operação em curso.

“A Azul utilizará essa estrutura jurídica consolidada para eliminar mais de US\$ 2 bilhões de dívidas financeiras, readequar contratos de leasing e otimizar sua frota, com o objetivo de emergir com maior flexibilidade e sustentabilidade operacional e financeira”, disse a empresa, na época. (Agência Brasil)

Tesouro paga R\$ 257,7 milhões em dívidas de estados e municípios em janeiro

A União pagou R\$ 257,73 milhões em dívidas atrasadas de estados e municípios em janeiro deste ano, segundo o Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias, divulgado na quinta-feira (19) pelo Tesouro Nacional. Em 2025, o valor chegou a R\$ 11,08 bilhões de dívidas de entes federados honradas pela União.

Do total pago no mês passado, R\$ 84,32 milhões são débitos não quitados pelo estado do Rio Grande do Norte; R\$ 82,34 milhões do Rio de Janeiro; R\$ 70,55 milhões do Rio Grande do Sul; R\$ 19,55 milhões do Amapá; R\$ 783,64 mil do município de Guanambi (BA); R\$ 112,07 mil de Paraná (TO); e R\$ 72,02 mil de Santópolis (BA).

Desde 2016, a União pagou R\$ 86,78 bilhões em dívidas garantidas. Além do relatório mensal, o Tesouro Nacional disponibiliza os dados no Painel de Garantias Honradas.

As garantias representam os ativos oferecidos pela União — representada pelo Tesouro Nacional — para cobrir eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Como garantidora das operações, a União é comunicada pelos credores de que não houve a quitação de determinada parcela do contrato.

Recuperação de garantias

Caso o ente não cumpra suas obrigações no prazo estipulado, o Tesouro compensa os calotes, mas desconta o valor coberto de repasses federais ordinários — como receitas dos fundos de participação e compartilhamento de impostos, além de impedir novos financiamentos. Sobre as obrigações em atraso incidem ainda juros, mora e outros encargos previstos nos contratos de empréstimo, também pagos pela União.

Há casos, entretanto, de bloqueio na execução das contragarantias pela adoção de regimes de recuperação fiscal, por meio de decisões judiciais que suspenderam a execução ou por legislações de compensação das dívidas. Dos R\$ 86,78 bilhões honrados pela União, cerca de R\$ 79,02 bilhões se enquadram nessas situações.

Desde 2016, a União recuperou R\$ 6,03 bilhões em contragarantias. Os maiores valores são referentes a dívidas pagas pelos estados do Rio de Janeiro (R\$ 2,77 bilhões) e de Minas Gerais (R\$ 1,45 bilhão), além de outros estados e municípios. Algumas dessas contragaranti-

as, entretanto, foram restituídas aos referidos entes por força de decisão judicial.

Em 2026, a União já recuperou R\$ 104,97 milhões em contragarantias.

Propag

No ano passado, foi instituído o Programa de Plano Pagar da Dívida dos Estados (Propag), aberto para adesão dos entes até 31 de dezembro. O programa prevê uma série de condições, como venda de ativos à União e um plano de corte de gastos para a liberação de até R\$ 20 bilhões em investimentos pelos estados.

Os 22 estados brasileiros que aderiram ao Propag são: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

O Propag prevê descontos nos juros e parcelamento do saldo das dívidas estaduais em até 30 anos. Em troca, os estados que aderirem vão aportar recursos para o Fundo de Equalização Federativa (FEF), que distribuirá dinheiro para todos os estados que aderirem, mesmo os que não tiverem débitos com a União, para investimento em educação, segurança pública, saneamento, habitação, transportes e outras áreas.

Rio Grande do Sul

Por causa das enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024, a União suspendeu o pagamento da dívida do estado por 36 meses. Além disso, os juros que corrigem a dívida anualmente, em torno de 4% ao ano mais a inflação, serão perdoados pelo mesmo período.

O estoque da dívida do estado com a União está em cerca de R\$ 100 bilhões atualmente e as parcelas que deveriam ser pagas serão repassadas a um fundo estadual destinado a realização de investimentos na reconstrução do estado devido à calamidade pública.

Em junho de 2022, o Rio Grande do Sul tinha fechado acordo com a União e teve o plano de recuperação fiscal homologado. O plano permite que o estado volte a pagar, de forma escalonada, a dívida da União, cujo pagamento estava suspenso por liminar do Supremo Tribunal Federal desde julho de 2017. Em troca, o governo gaúcho deverá executar um programa de ajuste fiscal que prevê desestatizações e reformas para reduzir os gastos locais. (Agência Brasil)

Inadimplência de aluguel atinge menor nível em oito meses

A inadimplência de aluguel no Brasil começou 2026 em queda e atingiu, em janeiro, a menor taxa dos últimos oito meses: 3,29%. O índice recuou 0,15 ponto percentual em relação a dezembro (3,44%) e 0,40 ponto frente a novembro (3,69%), segundo o Índice de Inadimplência Locatícia (IIL), da Superlógica.

No acumulado do ano passado, a média de inadimplência ficou em 3,50%, praticamente estável em relação a 2024 (3,49%).

Para Manoel Gonçalves, diretor de negócios para imobiliários do Grupo Superlógica, a queda no início do ano é um sinal positivo. Ele diz, no entanto, que o cenário ainda inspira cautela.

Segundo Gonçalves, inflação e juros altos seguem no radar e

podem impactar diretamente o orçamento das famílias e, por consequência, a capacidade de pagamento dos inquilinos.

De acordo com o levantamento da Superlógica, a inadimplência entre os imóveis residenciais com aluguel de até R\$ 1.000 superou os contratos de alta renda (acima de R\$ 13 mil).

O diretor afirma que “ainda é cedo para cravar uma tendência”. Ele avalia que será preciso acompanhar os próximos meses para entender se esse recuo é um movimento pontual, especialmente porque, no ano passado, a faixa acima dos R\$ 13 mil concentrou os maiores níveis de inadimplência.

As taxas de inadimplência mais baixas foram de imóveis alugados entre R\$ 3.000 e R\$ 5.000 e

entre R\$ 2.000 e R\$ 3.000, com taxas de 1,76% e 1,82%, respectivamente.

No segmento comercial, os imóveis com aluguel de até R\$ 1.000 apresentaram a segunda queda consecutiva, com taxa de 7,22% em janeiro, após 8,06% em dezembro.

Em relação ao tipo de imóvel, a taxa de inadimplência de apartamentos caiu pela terceira vez seguida, para 2,15%, após alcançar 2,23% em dezembro. A de casas teve ligeira queda de 3,74% para 3,54%. Nos imóveis comerciais, a taxa recuou de 4,65% em dezembro, para 4,46%, no último mês.

O levantamento considerou mais de 600 mil contratos em todo o país e classificou como inadim-

plentes os boletos com mais de 60 dias de atraso. Os dados são anonimizados.

Em janeiro, a região Norte voltou ao topo do ranking, com uma taxa de 4,03%, enquanto o Nordeste, no topo desde maio de 2025, começou o ano em segundo lugar, com 3,96% — uma queda de 1,27 ponto percentual, ante os 5,23% de dezembro.

A região Centro-Oeste registrou inadimplência de 3,28%, um recuo de 0,25 ponto percentual em relação ao mês anterior. Já o Sudeste mostrou leve diminuição de 0,01 ponto percentual em relação a dezembro, encerrando janeiro com a taxa em 3,16%.

O Sul, com 2,46% de inadimplência, mantém a menor taxa do país. (Folhapress)

[illegible]

Governo autoriza 487 contratações temporárias para Aeronáutica

Greve na Argentina provoca alteração nos voos da Latam



A greve geral da quarta-feira (19) na Argentina provocou a alteração das operações da Latam tanto para decolagens quanto para pousos no país. Segundo o grupo, a medida foi tomada depois da notificação formal de adesão dos sindicatos que representam os trabalhadores da Intercargo (empresa responsável pelos serviços de rampa em todos os aeroportos da Argentina). A empresa avisou que alguns voos poderiam operar com alteração de horário e/ou data, sem necessariamente serem cancelados.

A recomendação da Latam é a de que os passageiros verifiquem o status de seus voos antes de se dirigir ao aeroporto e diz que os afetados pelos cancelamentos e/ou reprogramações podem optar por alteração sem custo para uma nova data dentro de um ano a partir da data original do voo ou reembolso integral da reserva.

A greve nacional, convocada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), começou na quarta-feira (19) e vai se estender até a meia-noite de quinta-feira (20), como forma de protesto contra a reforma trabalhista aprovada pelo Senado argentino na semana passada. A Câmara dos Deputados começa a analisar o projeto.

Entre as mudanças, a proposta prevê a flexibilização das férias e jornadas de trabalho de até 12 horas, com o objetivo de reduzir custos trabalhistas, ampliar a segurança jurídica e in-

centivar a criação de empregos formais, além de reduzir os custos de demissão para os empregadores, excluindo certos bônus da fórmula de compensação. A expectativa do governo argentino é a de aprovar o texto até 1º de março. Segundo a CGT, a reforma ameaça proteções trabalhistas antigas, incluindo o direito à greve.

As atividades de exportação de grãos e derivados da Argentina já estavam paralisadas desde quarta-feira, devido a uma greve realizada por sindicatos marítimos contra a reforma prevista para durar 48 horas. A greve dos trabalhadores marítimos afetou a atracação e desatracação de navios, o transporte de praticos e os serviços de embarcações, principalmente na área portuária de Rosário, um dos maiores centros de exportação agrícola do mundo.

“O objetivo é defender nossos direitos trabalhistas e a estabilidade de nossos empregos”, disse a Federação dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais (Fesimar).

Além das greves anunciadas por diversas entidades, o sindicato dos trabalhadores da indústria processadora de oleaginosas (SOEA) de San Lorenzo, o polo agroexportador localizado ao norte de Rosário, onde se concentra a maioria das usinas de processamento de soja do país, aderiu à greve na quarta-feira. A Argentina é a maior exportadora mundial de óleo e farelo de soja. (Agência Brasil)

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou a Aeronáutica a contratar, por tempo determinado, até 489 profissionais para atender necessidades temporárias.

A autorização consta na portaria conjunta (MGI/MD nº 7) publicada no Diário Oficial da União da quinta-feira (19), assinada pelos ministros da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, e da Defesa, José Mucio Monteiro.

Vagas

As 489 vagas disponíveis contemplam funções técnicas, administrativas e operacionais, incluindo engenheiros, contado-



res, técnicos de obras civis, operadores de máquinas, motoristas, mecânicos, profissionais da área de segurança do trabalho, piloto fluvial, entre outras ocupações, descritas no documento.

Os aprovados no processo seletivo apoiarão projetos e obras de desenvolvimento de infraestrutura aeroportuária executadas

pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara).

Processo simplificado

A portaria estabelece o prazo de seis meses para publicação do edital de abertura das inscrições, contados a partir da publicação.

O recrutamento será feito por processo seletivo simplificado, mediante análise do currículo profissional.

As despesas com as contratações autorizadas serão de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, conforme disponibilidade de orçamento próprio. A Aeronáutica também definirá a remuneração das pessoas a serem contratadas. (Agência Brasil)

Dino proíbe novas leis que garantam “penduricalhos” acima do teto

Em uma decisão complementar proferida na quinta-feira (19), o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu a publicação e a aplicação de novas leis sobre o pagamento a servidores públicos de parcelas remuneratórias e indenizatórias que ultrapassem o Teto Constitucional, os chamados “penduricalhos”.

“Essa determinação vale inclusive para a edição de novos atos normativos pelos Poderes ou órgãos constitucionaismente autônomos”, destacou o ministro.

Segundo ele, a decisão visa a “esclarecer e complementar” a decisão liminar do último dia 5, quando o ministro determinou a suspensão de pagamentos realizados sem previsão legal expressa.

A decisão estende o bloqueio dos pagamentos também ao reconhecimento de supostos direitos retroativos que não eram pagos até a data da liminar original. E mantém o prazo de 60 dias para “todos os órgãos publicarem as verbas remuneratórias e inden-

zatórias que dispõem, com a indicação específica das leis que as fundamentam”, ou da norma que as legitimam, no caso de ato infralgal.

A medida se aplica a instituições federais, estaduais e municipais que, na prática, deverão publicar e dar publicidade à folha de pagamento detalhada de seus servidores. Na liminar do último dia 5, Dino já tinha destacado que, “para quem manuseia dinheiro público”, “não bastam expressões genéricas como: ‘direitos eventuais’; ‘direitos pessoais’; ‘indenizações’; ‘remuneração paradigmática’”, entre outras constantes de Portais de Transparência”, que devem ser substituídas por indicações precisas que permitam o controle sobre os gastos públicos.

Teto Constitucional

A determinação ocorre no âmbito de uma ação que contesta o pagamento de verbas a agentes públicos que elevam os vencimentos mensais a patamares superiores ao teto máximo do fun-



cionalismo, atualmente de R\$ R\$ 46.366,19 (valor que corresponde ao subsídio pago aos ministros do STF).

Em sua mais recente manifestação, tornada pública esta manhã, Dino e sua assessoria reproduzem argumentos jurídicos segundo os quais a ausência de uma lei nacional sobre o tema, conforme exigido pela Emenda Constitucional nº 135/2024, impede que órgãos e poderes autônomos criem gratificações ou indenizações por conta própria.

STF reafirma correção do FGTS pelo IPCA e veta pagamento retroativo

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu reafirmar que as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) devem ser corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal indicador da inflação no país.

A decisão foi tomada em sessão do plenário virtual da Corte e publicada na última segunda-feira (16).

O plenário confirmou entendimento de 2024, quando os ministros vetaram a correção das contas do FGTS pela Taxa Referencial (TR), que sempre foi utilizada para corrigir os depósitos e que tem valor próximo de zero.

Além disso, também ficou mantida a parte da decisão que validou a correção pelo IPCA

somente a novos depósitos e proibiu a correção para valores retroativos que estavam depositados nas contas em junho de 2024, quando a Corte reconheceu o direito dos correntistas à correção pelo índice de inflação.

A Corte julgou um recurso de um correntista contra decisão da Justiça Federal da Paraíba que não reconheceu a correção retroativa do saldo pelo IPCA.

Correção

Pela deliberação dos ministros, fica mantido o atual cálculo que determina a correção com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR. A soma deve garantir a correção

pelo IPCA.

Contudo, se o cálculo atual não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do FGTS estabelecer a forma de compensação.

Durante a tramitação do processo, a proposta de cálculo foi sugerida ao STF pela Advocacia-Geral da União (AGU), órgão que representa o governo federal, após conciliação com centrais sindicais durante a tramitação do processo.

O caso começou a ser julgado pelo Supremo a partir de uma ação protocolada em 2014 pelo partido Solidariedade. A legenda sustentou que a correção pela TR, com rendimento próximo de zero, por ano, não remunerava adequadamente os correntistas, per-

dendo para a inflação real.

FGTS

Criado em 1966 para substituir a garantia de estabilidade no emprego, o fundo funciona como uma poupança compulsória e proteção financeira contra o desemprego. No caso de dispensa sem justa causa, o empregado recebe o saldo do FGTS, mais multa de 40% sobre o montante.

Após a entrada da ação no STF, leis começaram a vigorar, e as contas passaram a ser corrigidas com juros de 3% ao ano, o acréscimo de distribuição de lucros do fundo, além da correção pela TR. No entanto, a correção continuou abaixo da inflação. (Agência Brasil)

Na Índia, Lula defende governança global da IA liderada pela ONU



Em discurso na Cúpula sobre o Impacto da Inteligência Artificial, em Nova Délhi, na Índia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na quinta-feira (19) um modelo de governança global da inteligência artificial liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

“A Quarta Revolução Industrial avança rapidamente enquanto o multilateralismo recua perigosamente. É nesse contexto que a governança global da inteligência artificial assume um papel estratégico. Toda inovação tecnológica de grande impacto possui caráter dual e nos confronta com questões éticas e políticas.”

Em sua fala, Lula destacou a iniciativa chinesa de criação de uma organização internacional para cooperação em inteligência artificial, com foco em países em desenvolvimento, além da Parceria Global em Inteligência Artificial, desenvolvida no âmbito do G7 (o grupo das maiores economias do mundo) sob as presidências canadense e francesa.

“Mas nenhum desses foros substitui a universalidade das Nações Unidas para uma governança internacional da inteligência artificial que seja multilateral, inclusiva e orientada ao

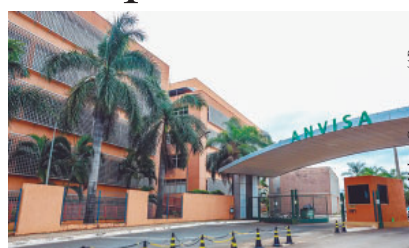
desenvolvimento”, avaliou o presidente.

Lula acrescentou que a revolução digital e a inteligência artificial impactam positivamente a produtividade industrial, os serviços públicos, a medicina, a segurança alimentar e energética, mas também podem fomentar discursos de ódio, desinformação, pornografia infantil e feminicídio.

“Conteúdos falsos manipulados por inteligência artificial distorcem processos eleitorais e põem em risco a democracia. Os algoritmos não são apenas aplicações de códigos matemáticos que sustentam o mundo digital”, disse.

“O Brasil defende uma governança que reconheça a diversidade de trajetórias nacionais e garanta que a Inteligência Artificial fortaleça a democracia, a coesão social e a soberania dos países”, concluiu.

A Cúpula sobre o Impacto da Inteligência Artificial em Nova Délhi é o quarto encontro do chamado Processo de Bletchley, uma série de reuniões intergovernamentais sobre segurança e governança de inteligência artificial, iniciada em Bletchley Park, no Reino Unido, em novembro de 2023. (Agência Brasil)



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro do medicamento Sephence, indicado para o tratamento da fenilcetonúria. A doença, de origem genética, é causada pela deficiência da enzima hepática responsável pela conversão da fenilalanina, presente nas proteínas da alimentação, em tirosina.

Em nota, a Anvisa destacou que a fenilalanina é um aminoá-

cido considerado essencial para o organismo, mas que sua ingestão deve ser rigorosamente controlada em pacientes fenilcetonúricos.

“A elevação dessa enzima no sangue tem efeito neurotóxico e suas sequelas são graves – com o desenvolvimento de déficits neurocognitivos e deficiência intelectual severa e irreversível”, indicou a agência.

“O controle dos níveis séri-

cos da fenilalanina deve ser iniciado no primeiro mês de vida e mantido a vida inteira. O medicamento aprovado, indicado para pacientes pediátricos e adultos, ajuda justamente na quebra desse aminoácido e pode ampliar as possibilidades de dieta, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos pacientes”, completou.

Dados do Ministério da Saúde indicam que a fenilcetonúria é detectada em apenas um de cada 15 mil a 17 mil nascimentos no Brasil.

Entenda

O diagnóstico precoce é feito pela detecção de níveis elevados da fenilalanina no sangue em bebês, que tiveram coleta realizada entre o terceiro e o quinto dia de vida. É recomendado que o sangue do recém-nascido seja colhido após 48 horas do seu nascimento para garantir que ele tenha ingerido quantidades de proteína suficientes para o apa-

recimento de alterações no exame, evitando assim resultados falso-negativos.

O exame é oferecido a toda população pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em todo o território nacional, no Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN). Crianças com fenilcetonúria não apresentam sintomas ao nascimento, porém os sinais de atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) são evidentes aos seis meses de vida. Se não iniciarem tratamento no primeiro mês de vida – o ideal – evoluem com deficiência intelectual, odor característico na urina e suor, além de distúrbios no comportamento.

É importante que a família fique atenta e verifique a presença e a quantidade de fenilalanina no rótulo de medicamentos e alimentos industrializados. São proibidos alimentos que contenham o adoçante aspartame na sua formulação. (Agência Brasil)